

BARRAR O
PL 4330!
Não à terceirização!

PUCViva

Nº 952 - 01/6/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

NA PUC-SP E EM TODO BRASIL UM DIA DE PARALISAÇÃO CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

No dia Nacional de Paralisação contra a terceirização e os ajustes fiscais promovidos pelo governo federal, 29/5, a PUC-SP recebeu pela manhã o professor da USP Ruy Braga, em uma mesa com a Prof. Maria Beatriz Abramides, diretora da APROPUC, Nalcir Ferreira, diretor da AFAPUC e outras representações estudantis e dos trabalhadores.

Em sua fala, o sociólogo Braga pontuou que o Brasil passa por uma transição: deixa de ser um país que se apoia em produtividade através de uma mão-de-obra barata para ser um país refém de empresários que se baseiam numa agenda que visa retirar direitos dos trabalhadores.

De acordo com ele, o PL 4330, que regulamenta a terceirização, é apenas a ponta do iceberg, já que estão em curso vários outros projetos que vão contra os interesses da classe trabalhadora. O Brasil, portanto, se tornou um país especializado em criar sub-empregos e cada vez mais precarizar o trabalhador.

Em seguida, a professora estadual Flavia Chaim contextualizou a luta de sua categoria, que está em greve há mais de dois meses. Hoje, esses professores têm seus salários cortados pelo governo do estado, que também se recusa a dar verba suficiente para manter as escolas e melhorar as condições de trabalho dos docentes.

Beatriz, por sua vez, pontuou a necessidade de uma unidade da população trabalhadora e estudantil contra os sistemáticos ataques e ressaltou também a importância da paralisação ocorrida no dia 29, pois acredita que será apenas com muita



Na mesa do período matutino das manifestações o professor Ruy Braga, da USP. À direita a fala da professora Bia Abramides tendo ao seu lado esquerdo o funcionário Nalcir Ferreira e à direita a estudante Bruna Avancini, de Relações Internacionais

luta e mobilização que os ajustes e novas regras serão barrados.

Já Ferreira fez uma fala em nome dos funcionários da PUC-SP, que também têm suas condições de trabalho precarizadas com frequência. "No país todo, a previsão para o futuro é a diminuição dos salários e, conseqüentemente, um alargamento das desigualdades sociais. Hoje, é difícil pra um trabalhador se manter, os preços subiram. Imagina para o trabalhador terceirizado!", afirmou.

A mesa contou ainda com a contribuição de representantes do Movimento Estudantil e outros professores. Foi ressaltada a importância da paralisação nacional como resistência dos trabalhadores, e também o significado dessa movimentação ter acontecido dentro da PUCSP. Durante o período da tarde e à noite ocorreram outras manifestações na universidade que serão relatadas em nossa próxima edição.

ALÉM DA PUC-SP

No dia 29, as mobilizações alcançaram todo o país. Em São Paulo, por volta das 7h, a Ponte das Bandeiras estava interditada por uma passeata e os químicos fecharam a Marginal Pinheiros. Também na capital paulista, estudantes da USP protestaram na Cidade Universitária e foram reprimidos por policiais.

Em Recife, 11 dirigentes sindicais foram detidos pela polícia por fazerem manifestação na região metropolitana. O metrô e os ônibus em Recife também pararam desde as primeiras horas da manhã. Bancários, trabalhadores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os servidores do INSS também cruzaram os braços e os professores da rede pública estadual voltaram hoje à greve. No ABC Paulista, diversas fábricas não funcionaram. Os

metalúrgicos, químicos e profissionais do transporte público também paralisaram suas atividades. Em Santos, trabalhadores fecharam a entrada da cidade desde as 6h da manhã. Em Salvador, as categorias dos bancários, ferroviários, trabalhadores de call center e do metrô realizaram manifestações paralelas.

Em Paulínia, petroleiros da refinaria local (Replan) estão de braços cruzados. Os trabalhadores do polo petroquímico de Camaçari (BA) também estão parados. Já em Porto Alegre, ônibus não circulam pela manhã.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se mobilizou também no Rio Grande do Sul, em pelo menos três cidades: Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas. Já no Paraná, cerca de 800 de integrantes do MST realizam o "trancamento" da rodovia que sai de Curitiba sentido Araucária.

Consun manifesta apoio à cátedra Michel Foucault

A sessão ordinária do Consun de maio decidiu se manifestar favoravelmente à implantação na PUC-SP da cátedra Michel Foucault: A filosofia do Presente. Logo no início dos trabalhos o professor Marcio Fonseca, diretor da Fafcla, relatou os apoios que estão vindo de todo o mundo. Segundo o professor já são mais de 4000 assinaturas de 47 países em todos os continentes.

Artigos em jornais e revistas marcaram a semana e manifestações dentro e fora da PUC-SP se juntaram aos protestos contra o veto.

A pró-reitora de pós-graduação, Maria Amália Andery, ressaltou a sua posição de concordância ao encaminhar ao Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), a moção em favor da cátedra. Porém lembrou a professora que era preciso separar a posição do Conselho Superior da Fundação São Paulo e a da PUC-SP em geral. Já a professora Salma Tannus, representante docente da Fafcla e uma das proponentes da cátedra, lembrou que esta confusão era natural, principalmente pela ausência de posicionamento da Reitoria.

A maioria dos conselheiros encaminhou a redação de um posicionamento do Consun e também da própria Reitoria. O vice-reitor José Martinez, que substituiu a professora Anna Cintra, argumentou que a reitoria como um todo deveria se reunir para tirar um posicionamento, o que foi

aprovado pelos presentes.

O padre Julio Lancelotti, representante da sociedade civil, encaminhou para uma posição de acordo entre as partes, esse acordo poderia vir através da mudança de nome, que já foi sugerida pelos bispos. O conselheiro lembrou também o caráter cristão da pregação de Foucault, que hoje, se vivo, estaria defendendo os marginalizados e excluídos da sociedade.

ELEIÇÕES NA PUC-SP

Outro tema que demandou uma discussão razoável foram as eleições na PUC-SP. O pró-reitor Comunitário, Jarbas Vargas Nascimento, relatou que, até o momento, não foram registrados muitos recursos à Comissão Eleitoral, porém o prazo recursal ainda não havia terminado.

Decidiu-se pelo encaminhamento de parâmetros que norteariam as decisões da Comissão nos casos mais polêmicos. Assim, ficou acertado que seriam vetadas as reconduções aos cargos pela terceira vez; em departamentos onde não haja doutores os mestres poderão se candidatar, havendo doutor no curso ele deverá se candidatar; também não serão aceitos concorrentes a dois cargos nas eleições.

As eleições gerais da PUC-SP ocorrerão entre 8 e 12/6 (em Sorocaba terminam dia 11/6) e a posse acontece em 3/8.



VICTORIA AZEVEDO

Na sala do Consun cartazes defendem a cátedra Michel Foucault

VESTIBULAR DE VERÃO

As vagas para o próximo Vestibular de Verão, que ocorrerá em dezembro/2015, foram aprovadas de acordo com o encaminhamento do Cepe, o que resultará, aproximadamente, em 3455 vagas a serem oferecidas em dezembro. O professor Juares Belli, da Faculdade de Economia e Administração, teve negado o seu recurso de aumento de vagas em contabilidade.

Também na sessão do

Consun foi aprovado o relatório da ouvidoria para o ano de 2014. Foram registradas mais de 14.000 comunicações via e-mail, sistema que está sendo incentivado pela ouvidora, Altair Cadrobbi Pupo, a professora Lila. O setor que mais teve ocorrências foi a SAE, muito por conta das matrículas e da proibição de aluno não matriculado regularmente não assistir aulas. Os representantes administrativos reclamaram do fato de que o relatório da ouvidoria não foi distribuído antecipadamente.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischorst

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

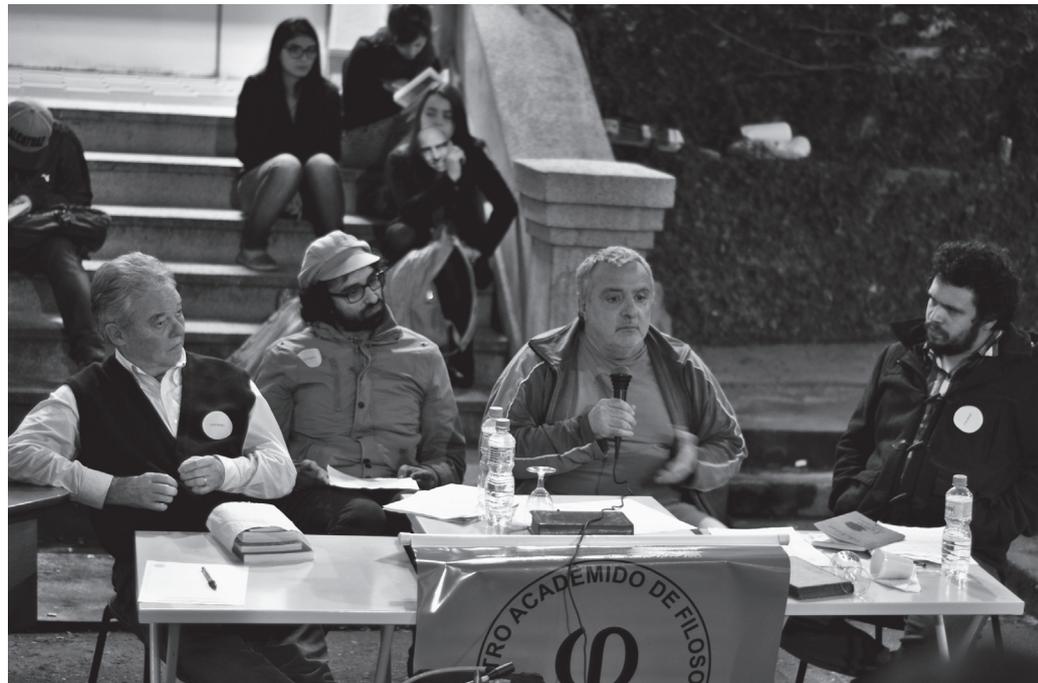
Aula pública sobre autonomia universitária ocupa Pátio da Cruz

Na noite de 28/5, a PUC-SP recebeu mais um evento em defesa da Cátedra Michel Foucault com a aula pública promovida pelo Centro Acadêmico de Filosofia, que contou com a presença do professor Dr. Jorge Ribeiro, do Departamento de Religião, professor Dr. Jonnefer Barbosa, do Departamento de Filosofia e do professor Dr. José Arbex Jr, do Departamento de Jornalismo.

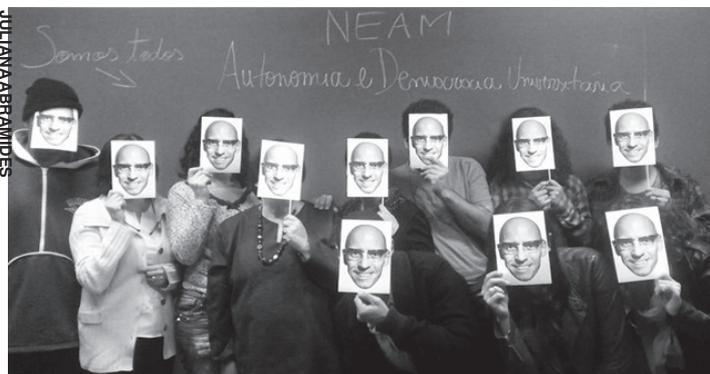
O professor Arbex foi o último da mesa a se pronunciar, mas a notícia que trouxe vale o destaque. Segundo ele, após uma reunião com o padre José Rodolpho Perazzolo, secretário executivo da Fundasp, o mesmo afirmou que a criação da Cátedra seria aprovada pelo Conselho Superior, com a condição de uma inversão no nome: agora se chamaria Cátedra Filosofia do Presente - Michel Foucault. Pessoalmente, o padre também se posicionou a favor da criação do centro de estudos. O movimento conseguiu uma vitória parcial, mas Arbex chama a atenção para que a comunidade continue alerta e atuante.

LIBERDADE DE CÁTEDRA

O professor Arbex pontuou ainda o quanto a proibição da Cátedra anula o papel da PUC-SP enquanto universidade: "Não existe universidade sem liberdade de cátedra. Se dentro dela não se pode contar as diferentes narrativas, onde isso irá acontecer?", indagou. Ele demonstrou também que hoje, as uni-



TALITHA ARRUDA



JULIANA ABRAMIDES

Durante a aula pública os professores Jorge Claudio Ribeiro, José Arbex Jr. e Jonnefer Barbosa debatem o conceito de autonomia universitária da PUC-SP, após o veto à Cátedra Michel Foucault; abaixo uma das manifestações que caracterizaram a semana na PUC-SP: estudantes e professores empunham as máscaras do filósofo francês.

versidades ao redor do mundo vêm sendo atacadas por dois tipos de fundamentalismos: o religioso e o do capital, que pretende guiar as universidades conforme padrões do mercado. Esse caráter mercadológico, segundo Barbosa, do Departamento de Filosofia, não fazia parte das primeiras universidades ocidentais, ainda na Idade Média. Essas apresentavam características democráticas e de autonomia, onde o estudo era livre e estudava-se tudo aquilo que exigia atenção.

O professor explicou que com o passar do tempo o

estudo passou a ser uma mercadoria e o estudante um mero consumidor. "A forma da universidade foi mantida, mas com um esvaziamento. É perceptiva a assimilação de práticas empresariais na dinâmica dos campus", afirmou, acrescentando ainda que "defender a criação da Cátedra é defender nossa condição de professores e sobretudo de estudantes".

Ribeiro, por sua vez, acredita que a comunidade puquiense deve aproveitar o momento da proibição da Cátedra para se movimentar ainda mais. Para ele, o problema parte de duas

frentes: no âmbito político, deve-se intervir diretamente com a Fundasp, os conselhos e autoridades.

O professor, entretanto, é entusiasta de uma frente de "ação no meio do caminho", ou seja, organizar debates, palestras, intervenções artísticas, grupos de estudos e até mesmo uma Cátedra livre sobre Foucault. "Não devemos ficar esperando o aval do cardeal, mas sim aproveitar a oportunidade para estudar o autor, para encher a PUC-SP de Foucault, para

continua na próxima página

continuação da página anterior

sermos irreverentes", declarou Ribeiro.

MANIFESTAÇÕES

Durante toda semana várias instituições, políticos e professores manifestaram a sua solidariedade à implantação da cátedra Michel Foucault.

Na segunda-feira 25/5, estudantes se reuniram em frente à PUC em evento que contou com a presença da senadora Marta Suplicy.

Professores da Unicamp, através da sua associação Adunicamp, manifestaram também o seu apoio, "questionando a censura imposta pelo Conselho da Fundação São Paulo, organismo composto por oito bispos da Igreja Católica Romana, à atividade filosófica e científica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)". Também na Unicamp foi lançado um abaixo assinado, organizado pelos professores do IFCH em apoio à manutenção da cátedra.

A Faculdade de Filosofia, Comunicação Letras e Arte divulgou novo comunicado onde agradece as manifestações de solidariedade e enfatiza a importância da Cátedra. O documento termina afirmando que:

https://secure.avaaz.org/po/petition/Conselho_Superior_da_Fundacao_Sao_Paulo_criacao_da_Catedra_Michel_Foucault_e_a_filosofia_do_presente_na_PUCSP/?nuHvrjb
OU
foucault.lrdsign.com

"A proposta de criação da Cátedra Foucault e a Filosofia do Presente, aprovada com elogios em todas as instâncias acadêmicas deliberativas da PUC-SP, é fruto de seríssimo trabalho acadêmico de décadas por parte de professores do Departamento de Filosofia da PUC-SP, especialistas pesquisadores do pensamento do filósofo francês. Tal empenho original e incomum resultou em acordo com diversas universidades estrangeiras, visando o intercâmbio de estudos e pesquisas sobre a obra de Michel Foucault, mediados e apoiados pelo Consulado Francês da cidade de São Paulo. Destaque-se o fato de a PUC-SP ser a única universidade fora da França a receber semelhante deferência. A Cátedra Foucault e a Filosofia do Presente patenteia o reconhecimento da excelência acadêmica da PUC-SP, abrindo-lhe divisas em todos os sentidos: valoriza, multiplicando, o seu inconfundível capital intelectual, favorece publicamente a sua imagem institucional no Brasil e no exterior, e reescala o seu índice de internacionalização, hoje um importante critério de ranqueamento institucional em órgãos e indexadores nacionais e estrangeiros(...)

Diante disso, o Conselho da FAFICLA, enfatizando os termos do pedido de reconsideração chancelado pelo CONSUN e pelo CEPE e agradecendo a todas as manifestações públicas anteriores das Faculdades e Departamentos da PUC-SP, reafirma a necessidade de pronta revogação da decisão do Conselho Superior da Fundação São Paulo e de subsequente chancela final a este justo pleito da Universidade que, nesta data, conta com o apoio de instituições, centros de pesquisa e pesquisadores de quase 50 países".

AFAPUC tem nova diretoria

Foi eleita na semana passada a nova diretoria da Associação dos Funcionários da PUC-SP, AFAPUC. A chapa AFAPUC de todos",

Francisco Cristovão. Veja abaixo a composição completa da chapa.

A chapa vencedora obteve 200 votos dos 209 votantes no pleito. Aposse da nova diretoria ocorrerá na quarta-feira, 03/6.

RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO DA AFAUC

Campus	Votantes	Votos na Chapa	Branco	Nulos
Monte Alegre	84	81	02	01
Marquês	09	09	00	00
Cogea	14	14	00	00
Derdic	08	08	00	00
Hosp. Santa Lucinda	72	69	03	00
Fac. Medicina	15	15	00	00
Clínica Psicológica e Santana	07	04	01	02
Total	209	200	06	03

"AFAPUC DE TODOS"

Presidente: Francisco Cristovão
Vice Presidente: Flávio Luis Nogueira
1º Secretário: Nalcir Antônio Ferreira Jr.
2º Secretário: José Aparecido Zaneti
1º Tesoureiro: Edmilson Brandão de Souza
2º Tesoureiro: Paulo Cesar Albanez

Para o Conselho Fiscal:

Titulares:	Suplentes:
Monica Ferreira Souza da Silva	Antônio Corrêa Machado
Célia Regina de Aro	Valter Aparecido Senfuegos
Emerson Aguiar Freitas	Rodrigo Mariano Costa

GAUCHE NA VIDA

O que é e o que produz o ajuste fiscal?

A intenção é equilibrar o orçamento cortando gastos, uma política que o PSDB deveria aplaudir e o PT, condenar.

João Sicsú

Ajuste fiscal é um conjunto de políticas que busca equilibrar o orçamento do governo. Em 2014, o orçamento do governo federal obteve um déficit (nominal) de 6,7% do PIB. As causas desse desequilíbrio foram a **desoneração fiscal de mais 100 bilhões de reais** concedida pelo governo a grandes empresas, as elevadas despesas devido à alta dos juros (Selic) dos títulos do governo e a **queda da arrecadação** decorrente do baixo crescimento. Antes, de 2003 a 2013, o governo alcançou déficits (nominais) bem mais moderados.

O governo quer reequilibrar o orçamento cortando gastos. Para tanto, lançou as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 que **subtraem conquistas sociais**: reduzem o acesso ao **seguro-desemprego**, aos benefícios da Previdência e ao **abono salarial**. Reconhece-se que uma readequação de regras no seguro-desemprego e na Previdência para eliminar irregularidades é necessária. Mas o que está sendo feito é: em nome das possíveis irregularidades são **retirados direitos sociais e conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros**. Aos trabalhadores, o governo diz que suas MPs são para corrigir distorções, mas ao mercado financeiro diz que as mesmas MPs são parte do programa de contenção de gastos públicos. Ainda mais,

promete aos financistas que novas medidas estão por vir.

Ajustes fiscais, ou planos de austeridade, nunca deram certo. Reduzem a renda dos mais necessitados, enfraquecem o comércio e diminuem a arrecadação tributária. **O corte de gastos, por debilitar a economia, gera desemprego, queda da arrecadação e manutenção ou ampliação do desequilíbrio fiscal.** Durante o governo de FHC, foram feitos cortes de gastos e contingenciamentos. O resultado foi um grave desequilíbrio fiscal: em média, durante os 8 anos de governo FHC, o déficit nominal foi de 5,53% do PIB (e em dois anos houve superávit primário negativo, tal como ocorreu em 2014). Com FHC, **a dívida pública como proporção do PIB cresceu de 30,6%, em 1995, para 60,4%, em 2002.** Portanto, o PSDB, hoje na oposição, não tem autoridade política e intelectual para criticar as medidas propostas pelo governo. Por coerência, deveriam apoiá-las. E por respeito a sua história, **quem deveria votar contra seria o PT.**

Existe saída para reequilibrar o orçamento. A saída são políticas voltadas para o crescimento. O resultado fiscal é sempre o reflexo da saúde de uma economia. **Uma economia estagnada gera um orçamento desequilibrado.** Por outro lado, uma economia forte e dinamizada produz aumento da arrecadação e o resultado é o equilíbrio

fiscal. Durante o segundo governo do presidente Lula, a economia cresceu em média 4,7% ao ano e a dívida pública caiu como proporção do PIB de 45,5%, em 2007, para 39,2%, em 2010. **E como resultado do crescimento econômico de 7,6%, em 2010, o déficit (nominal) foi reduzido para 2,5% do PIB.**

A situação econômica atual é preocupante. Os investimentos do governo federal estão parando. O desemprego cresce mês após mês. E é sempre maior do que foi no mesmo mês do ano passado. A geração de empregos com carteira assinada está negativa em 2015. No acumulado do ano, de janeiro a março, **foram fechados mais de 65 mil postos de trabalho.** A geração de empregos com carteira é um importante indicador do vigor da economia brasileira.

A economia está muito fraca. E tudo indica que a tendência é de agravamento porque as **políticas de ajuste fiscal vão tirar bilhões de reais das mãos dos mais necessitados.** Os recursos vão sumir das mãos daqueles que gastam tudo que recebem e dinamizam a economia através do comércio. **A renda do trabalhador também está em trajetória de queda.** E a arrecadação do governo federal está enfraquecida: de janeiro a março desse ano, houve queda de 4,4% em relação ao mesmo período de 2014.

Para agravar a situação, o Banco Central tem

elevado a taxa de juros com a justificativa de reduzir a inflação. A inflação dos últimos meses foi provocada por aumento do preço dos alimentos, da energia elétrica e dos combustíveis. Não adianta elevar os juros. Juros não reduzem secas ou fazem chover para impedir quebra de safras agrícolas. Também não são capazes de reduzir preços que são administrados pelo governo: gasolina, diesel e eletricidade.

A elevação dos juros, além de não conter as causas atuais da inflação, agravará a situação fiscal. Quando a taxa de juros Selic é aumentada, a consequência é o **aumento das despesas com o serviço da dívida pública.** Ano passado, os **gastos públicos com juros** foram superiores a **300 bilhões de reais**, ou seja, **mais de 6% do PIB.** Comparando: o déficit (nominal) no orçamento do governo foi de 6,7% do PIB e as suas despesas com juros foram de 6,1% do PIB. **É óbvia onde está uma fonte de desperdício de recursos públicos.**

A saída para as dificuldades atuais são políticas de estímulo ao crescimento econômico. Não só porque isso produziria o reequilíbrio fiscal, mas principalmente porque esse é o caminho para a retomada da trajetória de desenvolvimento iniciada durante os governos do presidente do Lula. Para

continua na próxima página

continuação da página anterior

reequilibrar o orçamento, para fazer justiça social e para financiar manutenção das conquistas sociais dos últimos anos **será preciso fazer, também, uma reforma tributária.** É preciso fazer os ricos, os milionários e o sistema financeiro contribuírem com a retomada da trajetória do crescimento e do desenvolvimento.

Uma nova estrutura tributária deveria ser uma das fontes do financiamento de uma nova etapa do desenvolvimento. **A tabela do imposto de renda tem que ser corrigida pela inflação e alíquotas mais altas devem ser criadas para que ricos e milionários paguem de acordo com sua capacidade contributiva.** Proprietários de helicópteros, jatinhos e iates, que são isentos de quaisquer impostos, têm que passar a pagar um imposto que seja semelhante ao IPVA. O Imposto Territorial Rural deve ser reformulado. Aproximadamente 1% dos proprietários rurais detêm 43% das terras. O Brasil tem latifúndios e latifundiários, mas a arrecadação de ITR só corresponde a 0,04% de toda a arrecadação de impostos.

Mais ainda: as multinacionais remetem todos os anos bilhões dólares em lucros para o exterior e não pagam um tributo sequer. Nos últimos 2 anos, remeteram mais de 50 bilhões de dólares sem pagar qualquer imposto. Além disso, a Constituição autorizou a União a cobrar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), mas até hoje o poderio econômico impede que todos os projetos de regulamentação do IGF prosperem no Congresso Nacional. Um

sistema tributário justo e progressivo será uma fonte importante de uma nova etapa do desenvolvimento.

Em resumo, adotar uma política de ajuste fiscal, ou de austeridade, é o mesmo que travar o País diante da possibilidade de uma nova fase de desenvolvimento. O Brasil progrediu em termos de direitos econômicos, isto é, ampliação do emprego, desconcentração da renda, melhoria real dos salários, redução da pobreza extrema e democratização do consumo. **É hora de radicalizar o projeto de desenvolvimento ofertando serviços públicos de qualidade nas áreas da saúde, educação, transportes e segurança social e de vida.**

Ajuste fiscal e estagnação econômica não vão solucionar os nossos problemas, vão agravá-los. Vão fazer o País retornar ao período de degradação econômica e social que antecedeu os governos do presidente Lula. Portanto, o ajuste fiscal será uma trava no projeto de desenvolvimento com justiça social que esteve em curso no País. Políticas de crescimento e justiça tributária conformam a combinação necessária ao novo salto de desenvolvimento que o Brasil precisa.

João Sicsú é professor do Instituto de Economia da UFRJ.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Novidades nas dívidas e reajustes de professores e funcionários

REAJUSTE SALARIAL

Depois de várias semanas de impasse foi aprovado pelos professores o reajuste salarial para o ano de 2015/16. O reajuste salarial será de 8%, a ser pago da seguinte forma: 7,41% de março até junho e o restante a partir de julho. O índice recompõe as perdas inflacionárias (média IGV-Dieese, INPC-Ibge e IPC-Fipe) com mais 0,59% de aumento real. As diferenças retroativas devem ser pagas com o salário de maio. Caso a mantenedora já tenha fechado a folha de pagamento, as diferenças deverão ser pagas em folha complementar até 12/6.

As cláusulas sociais foram mantidas no novo acordo assim, ficam garantidas as bolsas para professores e dependentes, estabilidade semestral e durante o período pré-aposentadoria. Porém para este ano não está garantido o pagamento da PLR.

7,66%

Esta semana acontece o pagamento da segunda parcela da dívida dos professores referente ao não pagamento dos 7,66% do dissídio de 2005. Porém, o Sinpro-SP lembra que cerca de 70 professores que tem direito ao pagamento ainda não se cadastraram no site do Sinpro-SP. O sindicato solicita que estes docentes se cadastrem com urgência no endereço http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp. Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%".

ABONO DA PLR

Depois da sentença proferida este mês pela Justiça do Trabalho a Fundasp recorreu da decisão aguardando um pronunciamento da Recita Federal sobre a questão da filantropia. Porém o pagamento do abono sobre a Participação nos Lucros e Resultados é um direito consagrado pela Convenção Coletiva do Sinpro que, em seu artigo 14º define os parâmetros para pagamento do benefício aos docentes. Este acordo foi assinado por todas mantenedoras do ensino superior, inclusive a Fundasp.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores de universidades federais deflagram greve

Professores e técnicos de universidades federais de ao menos 12 estados do país iniciaram paralisação a partir de quinta-feira, 28/5. Os profissionais exigem reajuste salarial, reestruturação da carreira e aumento nos investimentos das universidades federais.

De acordo com o presidente do sindicato da categoria, Paulo Rizzo, em boletim divulgado online, a greve foi o último recurso encontrado para pressionar o governo federal a ampliar os investimentos para a educação pública e dar respostas à profunda precarização das condições de tra-

balho e ensino nas Instituições Federais, muitas das quais já estão impossibilitadas de funcionar.

A proposta de deflagração da greve foi aprovada no dia 16/5, com base nos indicativos apresentados pelas assembleias gerais realizadas por todo o Brasil.

GREVES ESTADUAIS

Em São Paulo e no Paraná os professores estaduais continuam em greve. Aqui, os docentes realizaram na semana passada um calendário de atividades que incluiu visitas à comunidade. Na última

sexta-feira, 29/5, ocorreu mais uma assembleia da categoria, onde decidiram pela continuidade da greve.

Já no Paraná, uma nova proposta de ajuste salarial foi feita pelo governo, que esperava que o projeto que prevê reposição neste ano de 3,45% referente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo de maio a dezembro colocasse fim à greve. O valor seria pago em três parcelas. Além disso, o governo propôs antecipar a data-base de 2016 para janeiro, quando aconteceria um novo reajuste de 8,37%. O sindicato considerou a proposta ilegal e, portanto, aprovou a manutenção da greve.

MTST ocupa três novos terrenos

Na madrugada dos dias 16 e 23/5, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizou ocupações em Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Mauá, todas na Região Metropolitana de São Paulo.

Os terrenos têm condições de abrigar milhares de moradias populares para as famílias que hoje vivem de aluguel ou em áreas de riscos da cidade. As ocupações são parte de uma jornada do MTST para exigir o lançamento imediato da terceira etapa do programa Minha Casa Minha Vida, comprometido pelo ajuste fiscal do governo federal. Novas ocupações ocorrerão se a liberação de recursos para moradias continuar bloqueada.

Direito de greve de metroviários está ameaçado

No dia 14/5, durante sua campanha salarial, os metroviários aprovaram o chamado "estado de greve", posição preparatória a uma paralisação. Diante disso, o Metrô pediu, como o faz sempre, a intervenção liminar do Tribunal Regional do Trabalho para enquadrar o movimento na Lei de Greve, que classifica o transporte coletivo como "atividade essencial", na qual a greve pode ser limitada.

No entanto, a decisão liminar tomada por um único representante uma extraordinária intervenção na liberdade sindical dos metroviários. O Sindicato dos Advogados de São Paulo divulgou um mani-

festado repudiando a situação, conforme explicada melhor abaixo:

"Determinou-se, em liminar que veio a ser publicada no dia 20/5/2015 que dois oficiais de justiça comparecessem à assembleia do mesmo dia 20/5, para '[...] apurar a conduta dos dirigentes sindicais em relação à presente ordem judicial [...]', ordem, pela qual, determinava que qualquer utilização do direito de greve pelos metroviários deveria obedecer ao limite proibitivo de 100% da categoria nos horários de pico (das 6h às 9h e das 16h às 19h) e de 70% nos demais horários. Por ób-

vio, caso 'a conduta dos dirigentes' expressasse contrariedade a tal ordem, poderia a associação sindical dos metroviários sofrer entre outras penalidades '[...] multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser revertida em favor de uma entidade social [...]'". Ainda assim, a assembleia aprovou a continuidade do "estado de greve".

A APROPUC assina o manifesto que repudia esse ato de autoritarismo. Aos trabalhadores, como a qualquer cidadão, é assegurado o direito de defesa perante tal decisão. Trata-se de duro golpe à liberdade de expressão, de reunião e de organização sindical e à democracia.

Familiares de estudantes mexicanos desaparecidos vêm ao Brasil

Nos dias 2 e 3/6 estarão em São Paulo familiares de alguns dos 43 estudantes mexicanos desaparecidos de Ayotzinapa desde 26/9, quando o Estado mexicano matou seis e sequestrou os 43 estudantes normalistas no estado de Guerrero.

Desde então, comitivas de familiares e colegas dos 43 têm percorrido diversos países com o intuito de fazer ecoar seu grito, compartilhar experiências e criar laços de solidariedade.

A Caravana 43 estará no dia 2/6, às 14h, na Kiwi Cia de Teatro para uma coletiva de imprensa e, às 19h, para um debate público com as Mães de Maio. No dia seguinte, às 20h, no Espaço Clariô, acontecerão alguns saraus.

ROLA NA RAMPA

Fundação descarta demissões em junho

Aproxima-se mais um fim de semestre e com ele os boatos nos corredores de que novas demissões se aproximam, pois este é o prazo que marca o final da estabilidade semestral dos docentes. O **PUCviva** procurou o padre Rodolpho Perazzolo, secretário-geral da Fundação São Paulo para saber o que há de verdade nessas informações. Padre Rodolpho descartou qualquer demissão em massa,

porém afirmou que poderão acontecer demissões pontuais decorrentes de decisões departamentais sobre a necessidade ou não de determinado professor. O secretário informou também que manterá a palavra empenhada junto à diretoria da APROPUC de que demissões como as que ocorreram no semestre passado serão comunicadas com antecedência à entidade.

Livro debate indivíduo e capital sob a ótica de Marx e Jung

O professor Jason Borba, do Departamento de Economia da FEA/PUC-SP, lança no dia 17/6, às 19h, na sede da APROPUC, o livro "Indivíduo e Capital: uma abordagem a partir de Marx & Jung". O livro faz cooperar dois paradigmas científicos, tidos como excludentes até mesmo entre marxistas e junguianos. Mostra como o indivíduo, e especificamente o trabalhador, explorado, mergulhado na mais profunda alienação, paroxismo da per-

da de si mesmo, está apto a transformar-se a si mesmo e o mundo inteiro e fazer-se protagonista. Nada na essencialidade de Marx e Jung obsta essa vocação e destino humanos. Para Jason "A emergência das novas individualidade e humanidade só pode acontecer como irrupção de uma nova práxis (consciência/atitude/ação), ruptura com a lógica social dominante e com o saber do "eu" (ego intemperante)".

Eleições da CIPA em junho

Entre os dias 3 e 17/6 estará aberto o período de inscrições para o processo eleitoral da CIPA para a gestão 2015/2016. As inscrições e votações para as composições das CIPA ocorrerão através do Portal Acadêmico, e os funcionários e professores interessados em participar como candidatos deverão entrar na aba "Recursos Humanos" no Portal Acadê-

mico, selecionar "Meus dados", "CIPA" e "Candidatar". Não serão aceitas inscrições para o 3º mandato consecutivo da CIPA, conforme NR-05, item 5.7 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego. Para mais informações acesse o edital no site da Divisão de Recursos Humanos em www.pucsp.br/drh/downloads/Edital_Eleicao_2015.pdf.

Dona Theresinha Leopoldi

O Programa em Psicologia Social lamenta o falecimento de Dona Theresinha Leopoldi que trabalhou como secretária da Pós-graduação até o ano de 2003. Os professores e assistentes de coordena-

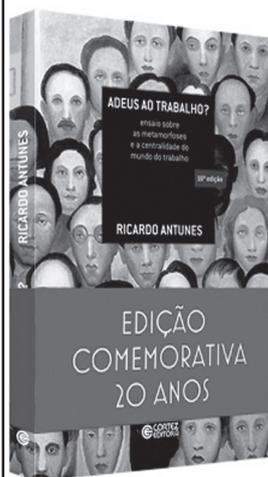
ção do programa lembram com carinho da funcionária que durante tantos anos dedicou-se a todos no departamento. A missa de 7º dia aconteceu no dia 29 na Paróquia São Judas Tadeu.

Papa recebe viúva de Paulo Freire no Vaticano

Ana Maria Araújo, viúva do educador Paulo Freire (1921-1997), foi recebida pelo Papa Francisco em evento privado no Vaticano. No encontro, Ana Maria entregou uma carta na qual elogia o papa e pediu ajuda ao atual Papa para que sejam abertos os arquivos do Vaticano, na tentativa de compreender qual a influência das ideias de Freire nos pontifi-

cados, sobretudo para que sejam cedidas cartas recebidas por dominicanos, salesianos e jesuítas escritas por Freire sobre a Teologia da Libertação, corrente que defende uma igreja voltada aos mais pobres. Nina, como é conhecida, relatou ainda que durante a audiência Francisco afirmou já ter lido "Pedagogia do Oprimido", renomada obra de Freire.

20 ANOS DEPOIS: ADEUS AO TRABALHO?



CONFERÊNCIA: Ricardo Antunes

Lançamento da edição comemorativa dos 20 anos do livro de Ricardo Antunes, *Adeus ao Trabalho?* pela Cortez Editora.

Data: 8 de junho de 2015 (segunda-feira)
Horário: 19h30
Local: PUC-SP
Auditório 333 ("Prédio Novo")

Organização

NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais);
NETRAB - Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
PDH - Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia);
NEHTIPO - Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (Programa de Estudos Pós-Graduados em História);
NEAM - Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
HIMEPE - História, Memória e Pensamento Econômico (Departamento de Economia - FEA);
NEPEDH - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social);
CEHAL - Centro de Estudos de História Latinoamericana (Programa de Estudos Pós-Graduados em História).

Apoio:

